

ESALD debate Tratado de Lisboa

À semelhança de anos anteriores, a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD) do Instituto Politécnico de Castelo Branco retomou um conjunto de conferências destinadas a toda a academia e abertas à comunidade em geral, tendo a primeira sido realizada quinta-feira, dia 3 de Abril, com Ana Rita Calmeiro, que explicou e esclareceu algumas questões sobre o Tratado de Lisboa.

Ana Rita Calmeiro, apesar de assumir que não é especialista em direito comunitário, explica que este documento “é de leitura difícil, pois não é autónomo, nem usa uma linguagem acessível para todos, logo é de compreensão muito complexa”, afirmando que esta “é uma das principais críticas”. Por outro lado, a advogada reconhece que “as pessoas também têm algumas



expectativas demasiado elevadas quanto ao Tratado de Lisboa, esperando que seja mais do que aquilo que realmente ele é”, uma vez que se “limita a definir os critérios de gestão das instituições e nada mais do que isso, pois não penetra na vida quotidiana do cidadão. Contudo, importa saber que há uma nova forma de participação dos cidadãos a União Europeia”.

Ana Rita Calmeiro também

considera que o Tratado de Lisboa foi um tema tratado em Portugal de forma muito política. “Foi feita a sua apresentação, numa grande festa, recebemos muita gente, mas pouco ou nada se disse do seu conteúdo. As pessoas também não se preocuparam muito em informar-se, pois pensaram que era um passo muito importante para Portugal e que este passo era inevitável”. E afirma que “este Tra-

tado é apenas uma vitória das elites, pois Portugal, tal como os estados de menor dimensão, perdem peso em termos de votação”.

Este Tratado “é também uma fuga à Constituição Europeia, que falhou por agora. Já Portugal decidiu-se a ratificar o Tratado de Lisboa por via parlamentar, para evitar que outros estados seguissem o seu exemplo caso avançasse para o referendo e o processo demorasse muito mais a avançar”.

Se em Portugal houvesse referendo, “votariam muito poucas pessoas, uma minoria de elite, mas, por outro lado, a avançar-se para o referendo, obrigaria a que o tema fosse mais falado e debatido”.

Ana Rita Calmeiro, do que já analisou do documento, considera que “Portugal fica mais fragilizado com este Tratado”.

Lídia Barata